Processo n.º 15/2009

(Recurso Penal)

Data: 12 /Março/2009

ASSUNTOS:

- liberdade condicional

SUMÁRIO:

Não obstante ser a segunda vez que requer a liberdade condicional, mostrar-se integrado familiarmente e com perspectiva de emprego se for libertado, não é de conceder a liberdade condicional a um recluso que foi condenado em 12 anos de prisão por crime de homicídio, estando decorridos apenas 9, tendo registo de uma infracção no EP, colhendo-se ainda que o seu comportamento não tem sido exemplar.

O Relator,
João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 15/2009

(Recurso Penal)

Data: 12/Março/2009

Recorrente: A (XXX)

Objecto do Recurso: Despacho que indeferiu o pedido
de Liberdade Condicional

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

A, recluso no E.P.M., à ordem do Processo Comum Colectivo CR2-00-0033-PCC, do 2º Juízo Criminal do T.J.B. da R.A.E.M., em cumprimento da pena de catorze (12) anos de prisão recorre do despacho de fls. 167 a 169, datado de 02/12/2008, do MM. J.I.C., que lhe negou a concessão da liberdade condicional.

Alega, em síntese:

Estão reunidos todos os legais requisitos para a concessão da Liberdade Condicional atenta a disciplina da medida prevista no art. 56.º do Código Penal (doravante CP).

As penas na sua execução devem orientar-se no sentido da reintegração do recluso

na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes (Cfr. Art. 43.º n.º 1, do CP).

O instituto da liberdade condicional não é uma medida de clemência ou de recompensa por boa conduta prisional, é, sim, uma modificação da pena de prisão, configurando-se como uma sanção não jurisdicional, tal como a suspensão da pena ou o regime de prova.

É fundado o juízo de que o agente, no futuro, mostra capacidade de se readaptar à vida social e vontade séria de o fazer,

Pelo que, quer, do ponto de vista da prevenção especial, quer do ponto de vista da prevenção geral, tendo sempre em vista a socialização e ressocialização do agente,

A Liberdade Condicional com a inerente ameaça da pena de prisão efectiva, cumpre cabalmente a finalidade da sua aplicação

Na verdade o recorrente é uma pessoa que se mostra arrependida e, apesar do infeliz evento que protagonizou, a prognose da sua personalidade terá que ser objectiva e subjectivamente favorável,

Ao que acresce ter, durante o período de reclusão, iniciado e concluído uma licenciatura e ter já garantido um emprego.

Nestes termos, requer seja revogada a decisão, ora posta em crise, sendo substituída por outra a deferir o requerimento de concessão de liberdade condicional.

Em douta resposta pronuncia-se o **Digno Magistrado do Ministério**

Público desfavoravelmente à libertação condicional do recluso.

O **Exmo Senhor Procurador Adjunto** emite o seguinte douto parecer:

Não assiste, a nosso ver, razão ao recorrente.

Vejamos.

Conforme tem decidido este Tribunal, na esteira do preceituado no art. 56º do C. Penal, a liberdade condicional é uma medida a conceder caso a caso, "dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinsserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir matéria de ponderação a defesa da ordem jurídica e da paz social" (cfr., por todos, ac. de 12-6-2003, proc. n.º 116/2003).

E, no caso presente, não se verifica, desde logo, o pressuposto referido na al. a) do n.º 1 do citado normativo.

Não é possível, de facto, formular um juízo de prognose favorável sobre o comportamento futuro do recorrente em liberdade.

Isso mesmo se sublinha, aliás, no douto despacho recorrido - com base, naturalmente, nos elementos constantes dos autos.

E mostra-se inverificado, também, o requisito previsto na al. b) do mesmo dispositivo.

Há que ter em conta, nesse âmbito, a repercussão do crime de homicídio na sociedade.

*O que vale por dizer, igualmente, que não podem ser postergadas as exigências de tutela do ordenamento jurídico (cfr. Figueiredo Dias, *Direito Penal Português - As Consequências Jurídicas do Crime*, pg. 540).*

*Em termos de prevenção positiva, na verdade, há que salvaguardar a confiança e as expectativas da comunidade no que toca à validade da norma violada, através do "restabelecimento da paz jurídica comunitária abalada ..." (cfr. mesmo Autor, *Temas Básicos da Doutrina Penal*, pg. 106).*

Deve, pelo exposto, ser negado provimento ao recurso.

Foram colhidos os vistos legais.

II – FACTOS

Com pertinência, têm-se por assentes os factos seguintes:

“Foi desencadeado o presente processo da concessão de liberdade condicional ao recluso A (XXX).

O Director do Estabelecimento Prisional de Macau emitiu o parecer desfavorável sobre a concessão da liberdade condicional ao recluso.

O Ministério Público emitiu o parecer desfavorável sobre a concessão da liberdade condicional ao recluso.

Em conformidade com a decisão proferida em 30 de Junho de 2000 pelo Tribunal Judicial de Base (Processo Comum Colectivo n.º CR2-00-0033-PCC do 2º Juízo), o recluso A (XXX) cometeu em autoria material:

- 1 crime de homicídio doloso, p. e p. pelo art. 128º do Código Penal, foi condenado na pena de 12 anos de prisão, e numa indemnização de MOP\$1.000.000,00, a favor dos herdeiros da ofendida.

A pena de prisão do recluso terminará em 16 de Novembro de 2011. Em 16 de Novembro de 2007, o recluso cumpriu 2/3 da pena de prisão.

Em 24 de Dezembro de 2007, foi 1ª vez negada a requerida liberdade condicional.

O recluso já pagou as respectivas despesas de justiça e as custas processuais que lhe foram condenadas.

Desde Maio de 2008, o recluso começou a pagar a indemnização, em torna de MOP\$1.000,00 por prestação (aos herdeiros da ofendida) (com o registo de depósito de 5 prestações, vide as fls. 85 a 94).

O recluso é primário e é preso pela 1ª vez.

No período do cumprimento da pena de prisão, o recluso teve comportamento irregular e teve um registo de infracção disciplinar (em 31 de Dezembro de 2002, infringiu a al. h) do art. 74º do Decreto-Lei n.º 40/94/M e foram-lhe aplicadas as medidas de internamento na cela disciplinar e da privação do direito de permanência a céu aberto até 8 dias), pertencendo à categoria de confiança.

No período do cumprimento da pena de prisão, o recluso foi acusado pela prática de

1 crime de corrupção activa, cuja audiência de julgamento foi marcada em 15 de Janeiro de 2009 (CR2-08-0182-PCC).

O recluso irá viver com a sua mãe, uma vez em liberdade, e tem já o emprego garantido (vai ser recrutado pela Rede de Serviços Juvenis **B**, exercendo funções de coordenador de actividades na Associação **C**, prestando auxílio ao trabalho de promoção da educação moral e cívica à juventude).

Além disso, a Rede de Serviços Juvenis **B**, a mãe, os familiares e os amigos do recluso remeteram todos cartas para apoiá-lo.”

III – FUNDAMENTOS

1. Tal como o recorrente coloca a questão, o que importa analisar é se o despacho que recusou a sua liberdade condicional, proferido em 2 de Dezembro de 2008, viola ou não o artigo 56º, n.º 1 do Código Penal que prevê os requisitos materiais para a liberdade condicional e, assim, se se verificam todos os requisitos para que o recorrente possa beneficiar da liberdade condicional.

Tem-se presente que este é o segundo pedido de liberdade condicional e que o recluso expiará a pena em 16 de Novembro de 2011.

2. Estabelece o artigo 56º do C. Penal:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional

quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

a) For fundadamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes;

e

b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado.”

Se no caso vertente se observam os requisitos formais, já quanto àqueles pressupostos de natureza substantiva, a carecerem de integração pelo julgador, por corresponderem a conceitos em branco ou em aberto, não se pode dizer que os mesmos se verifiquem.

E os pressupostos materiais de aplicação do instituto em causa residem, por um lado, no «bom comportamento prisional», ligado este à evolução da personalidade *durante a execução da prisão*, e da «capacidade de se readaptar à vida social e vontade séria de o fazer», ligado este à expectativa de condução *do modo de vida socialmente responsável*, por parte do condenado, e podem interpretar-se como a exigência de um **juízo de prognose favorável** sobre o comportamento futuro do delinvente em liberdade.

Assim, a concessão da liberdade condicional do arguido condenado e em execução de pena de prisão pressupõe a verificação de um juízo de prognose favorável à aplicação daquela benesse em termos de prevenção geral e especial,

importando ponderar, por um lado, a fundada esperança de que o condenado conduzirá, em liberdade, a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, por outro, importando ponderar a compatibilidade entre a libertação antecipada do condenado e a defesa da ordem jurídica e a paz social.

3. O despacho recorrido louva-se fundamentalmente em dois argumentos que, conjugados, será difícil ultrapassar.

Por um lado, a gravidade do crime cometido, crime de homicídio doloso contra a sua jovem namorada, crime bastante impressivo e que choca a sociedade.

Por outro, a inadequação do seu comportamento prisional.

Colhe-se desta explanação que o Mmo Juiz *a quo* foi sensível à gravidade do crime cometido, quer na sua formulação abstracta, quer na sua concretização em face da conduta do recorrente e que nada observou de relevante na sua conduta posterior que motivasse um juízo de prognose favorável no sentido de que o condenado se venha a comportar responsabilmente.

Não deixou o Mmo Juiz de registar o que podia pesar positivamente a seu favor, como seja a sua primariedade criminal, o início do pagamento da indemnização em prestações, o apoio dos familiares e a garantia de emprego na Associação C.

Sobre a conduta posterior, no Estabelecimento Prisional, há registo de ocorrências desfavoráveis - não só a infracção de 2002, como a discussão na Biblioteca em 2006, o que levou a que tenha sido investigado e suspenso das funções que aí exercia (cfr. fls 206 v.) - e, não obstante o cumprimento da pena, foi acusado de um crime de corrupção activa, ainda que integrado no grupo de *confiança* e ter uma classificação comportamental de *Bom*, como se alcança de fls 20.

O Sr. Director do Estabelecimento Prisional pronuncia-se desfavoravelmente pela libertação condicional do recluso.

Como acima se viu não basta àquela libertação a conduta prisional do recluso, não basta a evolução verificada após a infracção registada, o curso social que aí tirou, as actividades escolares aí desenvolvidas e o seu percurso religioso.

4. Não se deixa de observar que, neste caso, houve ainda séria preocupação em termos de prevenção especial e geral.

Como se tem afirmado já neste Tribunal¹, é a própria lei que estabelece tal índice, relativo ao circunstancialismo concreto do cometimento do crime, não para punir duplamente, mas para efeitos distintos. Num primeiro momento, é um factor de graduação da pena; em sede de execução da pena,

¹ - Proc. 47/2005, de 18/3/2005

constituirá um elemento para aferir uma personalidade e conferir com a conduta posterior e sua projecção na sociedade onde o recorrente se há-de inserir.

A expressão da lei "atentas as circunstâncias do caso," não deixará de significar, nomeadamente, as circunstâncias dos factos ilícitos praticados, ou seja, a natureza e gravidade dos crimes praticados referidos nos autos.

Para a formação de um juízo de prognose favorável não bastam as intenções; são necessárias acções. Dir-se-á que o bom comportamento no EP deve ser a regra, pelo que, em certas condições, haverá até que exigir algo mais do que o mero bom comportamento, de modo a inferir de uma consciência de responsabilização e de uma vontade de ressocialização - mas, neste caso concreto, nem este bom comportamento efectivo se verificou.

E essas situações não deixarão de se acentuar quando o crime pelo qual o recluso está a cumprir pena foi extremamente grave e censurável, causador de grande intranquilidade nos cidadãos. Em tais situações, dir-se-á que o ónus da prova quanto ao preenchimento de um juízo de prognose favorável compete ao recluso que deverá fazer algo pelos outros, algo de positivo na sociedade prisional onde está inserido, demonstrando um sentido de respeito e ajuda pelos outros de forma a contrariar um sentimento negativo a seu respeito evidenciado pelas suas condutas criminosas.

A conduta prisional do arguido, aliada ao cometimento daquele crime extremamente grave contra as pessoas, de forma gratuita e desproporcionada, com grande impacto na sociedade, gerando intranquilidade e alarme social afasta, de todo, um juízo de prognose favorável à libertação do recluso.

5. A ponderação a fazer deve ter ainda em conta a vertente da prevenção geral, não importando já e tão somente a conduta posterior do condenado, mas uma análise retrospectiva projectada sobre a realidade actual com incidência sobre o devir social, em termos de prognose, a partir da natureza dos crimes, forma de cometimento, o motivo da prática dos crimes, a sua gravidade, as finalidades prosseguidas e todo o circunstancialismo em que os mesmos foram praticados.²

Operando a mencionada ponderação, não é possível, realmente, na hipótese vertente, formular por ora um juízo de prognose favorável sobre o comportamento futuro da recorrente em liberdade, vista a evolução da sua personalidade face a um comportamento inadequado, ainda que espraído no tempo, o que requer uma maior atenção às exigências de tutela do ordenamento jurídico.

E de uma forma muito marcante, não se mostra igualmente preenchido o requisito previsto na al. b) do art. 56º do Código Penal.

Há que ter em conta, nesse âmbito, a repercussão desse tipo de crimes na sociedade.

Estamos seguros de um grande intranquilidade na sociedade se o recluso fosse libertado, por este crime, tendo cumprido pouco mais de nove anos.

² - Cfr. Ac. TSI 22/2005, de 3/Março e proc. acima referido

Nesta conformidade, sem necessidade de maiores desenvolvimentos, entende-se que não é fundadamente de esperar que o recluso, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, pelo que se entende que não estão verificados todos os requisitos previstos na lei para conceder a liberdade condicional ao recorrente.

IV – DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida.

Custas pelo recorrente.

Macau, 12 Março de 2009,

João A. G. Gil de Oliveira

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong